



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REQUERIMENTO NÚMERO 1415 /18.

AUTOR: *Vereador JOSÉ CARLOS PORSANI*

DESPACHO:

À COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

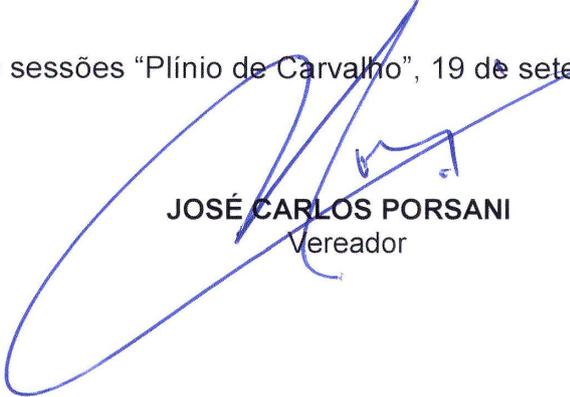
Araraquara, 20 SET. 2018

Presidente

Requeiro, nos termos do Artigo 211- A, do Regimento Interno, que fique constando nos anais desta Casa de Leis, a matéria publicada pelo Jornal O Imparcial, no dia 18 de setembro do corrente ano, intitulada "**Dom Eduardo Malaspina se encontra com Papa Francisco**".

Dê-se conhecimento desta deliberação à **Diocese de São Carlos** e ao Diretor do Jornal O Imparcial **Senhor José A. C. Silva**.

Sala de sessões "Plínio de Carvalho", 19 de setembro de 2018.


JOSÉ CARLOS PORSANI
Vereador

constar anais – Dom Eduardo Malaspina

Aprovado
Araraquara, <u>23 OUT. 2018</u>
_____ Presidente

Dom Eduardo Malaspina se encontra com Papa Francisco

Por Padre Robson Caramo e Sidney Prado – Assessoria de Comunicação e Imprensa da Diocese de São Carlos

No final da manhã desta quinta-feira (13), Dom Eduardo Malaspina, Bispo Auxiliar da Diocese de São Carlos, junto aos 144 novos bispos brasileiros e demais bispos do mundo inteiro, participou na Sala do Consistório, no Vaticano, de uma audiência realizada pelo Papa Francisco.

Com exclusividade, direto de Roma, o Bispo Auxiliar nos conta como foi esta semana onde participou do curso para

os novos bispos e teve como tema “Servidores da alegria do Evangelho”, promovido pela Congregação para os Bispos.

Para Dom Eduardo o momento foi, também, de integração do grupo recém-nomeado e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de juntos abordarem alguns aspectos e temas que fazem parte do ministério episcopal.

Dom Eduardo Malaspina destaca que este encontro visa aproximar ainda mais os novos membros do episcopado da Igreja no Brasil e ressaltou a 28ª edição do evento promovido pela Comissão Episcopal Pas-



Dom Eduardo Malaspina é recebido pelo Papa Francisco

toral para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada da CNBB em Brasília.

Em Roma, o Bispo Auxiliar não deixou de estender suas orações a toda Diocese de São Carlos neste momento especial em que tem

pautada sua ação Pastoral alicerçada na Palavra e da Missão.

Pedindo a intercessão de Maria Dom Eduardo finaliza a entrevista rogando que todos nós possamos dar nosso Sim a Deus para a concretização de seu Reino.

Pensamento tributário parou no tempo

MARCOS CINTRA

No mundo contemporâneo, regido pela tecnologia digital, as pessoas usufruem de maior comodidade em suas atividades rotineiras, vivem mais e otimizam o tempo com mais lazer. As empresas tornam-se mais eficientes e lucrativas, atendendo seus consumidores de forma customizada. A gestão pública conhece novos métodos de governança, abrindo possibilidades de desburocratização e transparência.

Embora o impacto tecnológico da era digital seja praticamente universal, a ciência e a prática tributárias seguem impermeáveis a todas estas tendências revolucionárias. Os sistemas de arrecadação de tributos seguem destoando desta modernidade, mantendo seus conceitos e práticas desenvolvidos no século passado, durante a era analógica.

Certamente alguns dirão que o sistema tributário se acha informatizado e automatizado. As declarações passaram a ser feitas pela internet e

poderosos computadores cruzam informações dos contribuintes em busca de indícios de evasão. As notas fiscais eletrônicas permitem o acompanhamento online das transações realizadas nos mais variados mercados e o processo de cobrança é ágil.

Mas a realidade é que o processo tributário acelerou em muitas de suas tarefas mecânicas de transporte e armazenamento de informações, mas continua se valendo de conceitos da era analógica. É como se subitamente dispusessem de máquinas de escrever e de calcular mais rápidas, mas as operações continuam sendo as mesmas de sempre. As bases tributárias são as mesmas de um século atrás, ou seja, renda, consumo, riqueza e folha de salários. A apuração de débitos e créditos tributários continua presidida por conceitos como territorialidade, materialidade e nacionalidade. A estrutura de arrecadação continua sendo preponderantemente o sistema artesanal da “auto apuração e auto recolhimen-

to com auditoria”. A principal forma de cobrança dos fiscos se dá em moldes convencionais. Continua sendo a movimentação física de mercadorias.

A tecnologia digital não penetrou no âmago do pensamento tributário e nem influenciou o surgimento de conceitos melhor adaptados ao mundo moderno como a desmaterialização do valor, o desaparecimento das barreiras nacionais e a perda da capacidade de administração tributária dos Estados nacionais. Como definir origem e destino de um impulso eletrônico que em segundos roda toda a extensão do planeta? Como tributar ideias, pensamentos e projetos embalados e impulsos eletrônicos indecifráveis para o fiscal de impostos?

Usando o dito popular, o que há de novos sistemas de informação utilizados pelas administrações tributárias atuais são apenas “remendos novos em calça velha”.

Infelizmente parte do pensamento tributário

não acompanhou a evolução tecnológica e um exemplo disso é a ideia de se fazer a reforma tributária no Brasil com base na mera unificação de alguns tributos sobre o valor agregado, criando um burocrático e ultrapassado IVA (Imposto sobre Valor Agregado), idealizado há pelo menos meio século.

É preciso pensar a reforma tributária com base no ambiente digital em que a sociedade vive e se desenvolve a passos largos. Não há como imaginar que tributos convencionais gerados na era do papel, dos livros contábeis e das barreiras físicas de transporte de mercadorias serão capazes de evitar a generalizada evasão tributária e suas dramáticas consequências para o financiamento do Estado moderno.

Marcos Cintra é doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA) e professor titular de Economia na FGV (Fundação Getúlio Vargas). Foi deputado federal (1999-2003) e autor do projeto do Imposto Único.

Raízen oferece curso gratuito de capacitação profissional em Araraquara

A Raízen abre inscrições para o curso de Operador (a) de Trator, destinado a homens e mulheres, com ensino fundamental completo e carteira de habilitação, no mínimo, tipo C. Os cursos acontecerão entre os dias 22 de setembro a 20 de outubro, aos sábados, das 8h às 16h, na Unidade Móvel da Raízen localizada no CEU das Artes - Jardim São Rafael (rua Cabo Polícia Militar Benedito Vieira Góes, 340, Araraquara)

As inscrições devem ser realizadas entre os dias 17 e 19 de setembro, segunda a quarta-feira, em duas localidades: no

CEAT (PAT), localizado na rua Ivo Antônio Magnani, 200 - Fonte, das 7h às 12h45; ou no CRAS São Rafael, das 8h às 16h. Os interessados deverão comparecer ao local de inscrição dentro do período determinado e apresentar RG, CPF, comprovante de endereço, comprovante de escolaridade e CNH, no mínimo, tipo C. Ao todo, 15 vagas serão disponibilizadas.

Lucas de Souza tem 30 anos e é Operador de Trator na unidade Paraíso, em Brotas. Ele explica que a capacitação profissional foi um diferencial em sua carreira

e abriu muitas portas, inclusive para que ingressasse na Raízen. “Vivemos em uma região cercada por canais, e fazer um curso como este abre muitas oportunidades de trabalho, tanto na Raízen quanto na região como um todo”. Ele conta ainda que, na empresa, a segurança vem sempre em primeiro lugar. “A Raízen atua de forma muito próxima com seus funcionários e realiza muitos treinamentos e palestras que reforçam a importância da segurança no campo. Com o curso de operador de trator, a pessoa

passa a ter a chance de trabalhar em uma empresa que preza antes de tudo pela integridade de seus funcionários e isso é muito bom, porque você se sente muito mais seguro para executar suas tarefas. Além disso, a Raízen abre muitas portas para crescimento profissional dentro da empresa, criando oportunidades de desenvolvimento de carreira para seus funcionários”.

A realização conta com a parceria da prefeitura de Araraquara e tem como objetivo a capacitação profissional da população local.

Papel dos catadores de materiais recicláveis no processo de logística reversa

OS PROFISSIONAIS SÃO PEÇAS-CHAVE NA CADEIA DE RECICLAGEM

Mesmo após quase uma década da sanção da Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda são contabilizadas milhares de toneladas de lixo descartadas de forma inadequada. Apesar da lei obrigar os municípios a elaborarem Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, cerca de 3.331 municípios brasileiros enviaram, só no ano de 2016, mais de 29 milhões de toneladas de resíduos a locais impróprios. Nesta fase do processo, entra um personagem muito importante: o catador de material reciclável – profissional responsável por quase 90% do lixo reciclado no Brasil, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De acordo com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, há 800 mil profissionais do tipo em atividade no país. Com o reconhecimento da profissão pelo Ministério do Trabalho em 2002, a crise econômica e o aumento da taxa de desemprego no país, acredita-se que esse número pode ter aumentado. Diante do atual panorama, a classe tornou-se parte imprescindível no processo de reciclagem, porém continua marginalizada e sem o devido reconhecimento por parte da população.

“Atualmente, quase todo o resíduo pós-consumo, ou seja, aquele produzido nas residências, no comércio e também uma parte das indústrias, passa pelas mãos dos catadores, seja na coleta feita de modo informal, seja na triagem realizada nos barracões das cooperativas. Além de todo o trabalho de separação, são eles que definem quais os materiais passíveis de reciclagem”, conta Dirceu da Silva, presidente da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Corbélia.

Ainda de acordo com Silva, no âmbito econômico, os recicladores também são responsáveis pela seleção e separação dos resíduos considerados rejeitos: “sabemos dizer quais embalagens possuem valor agregado para venda e quais não. Neste último caso, definimos o que será destinado às cooperativas de catadores e o que será descartado”.

Para Johnny Flores, biólogo e integrante do Comitê Técnico do Instituto Paranaense de Reciclagem, os avanços relativos a este enorme contingente de trabalhadores ainda são poucos, mas eles vêm caminhando, mesmo que a passos curtos. “É inegável que houve avanço no que se refere às condições de trabalho dos catadores, mas apesar de desempenharem todo este trabalho, essa ainda é uma classe que sofre por ter condições de trabalho precárias. Muitos catadores trabalham em situação análoga à escravidão, outros moram nos próprios barracões, ou seja, têm sua residência misturada com lixo, aumentando vetores de doenças e exposição à insalubridade”, diz.

PROFISSIONAIS “INVISÍVEIS”

O biólogo completa que apesar do trabalho e da importância, não só na parte de logística reversa, mas também na cadeia de resíduos, os profissionais que atuam no segmento da reciclagem compõem a classe trabalhadora que mais sofre com as condições precárias de trabalho. Conforme Flores, existem ações que visam minimizar tais questões – o Eco Cidadão, de Curitiba, é uma delas. Seu objetivo é melhorar as condições de trabalho destes profissionais. Além desse programa, existem várias outras políticas públicas no âmbito federal. “A Funasa, por exemplo, apoiou muitas cooperativas e associações de catadores com doações de equipamentos, caminhões, esteiras e prensas. Já o BNDES financiou a compra de alguns barracões e equipamentos”, comenta.

Flores conclui que o Brasil ainda precisa avançar muito no que diz respeito à implantação de planos de Logística Reversa. “Houve um avanço pouco significativo no que tange o Plano de Logística Reversa desde a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Só na cidade de Curitiba, cerca de 80% do resíduo produzido ainda é recolhido por catadores informais, restando apenas 20% para a prefeitura”, reforça.

Mesmo com números tão expressivos, a classe segue “invisível”. “Apesar da sua importância na cadeia de logística reversa, esses profissionais sofrem e são discriminados por muitos. Nesse sentido, o InPAR foi criado para viabilizar a adequação das empresas à logística reversa e promover ações em parceria com as associações de recicladores”, finaliza Johnny Flores.

* Johnny Flores é biólogo e membro do Comitê Técnico do InPAR – Instituto Paranaense de Reciclagem (<http://inpar.eco.br/>)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER Nº 00365/2018

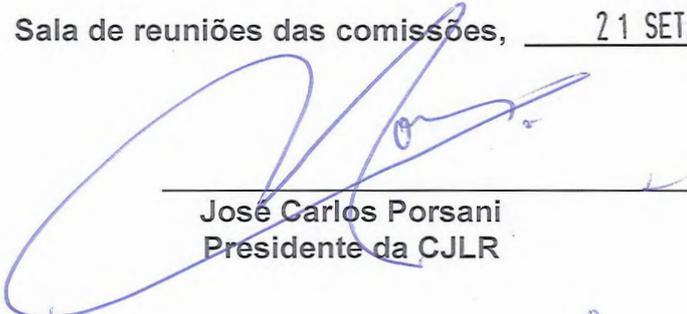
Através do presente requerimento nº 1415/2018, pretende o Vereador José Carlos Porsani, que fique constando nos anais desta Casa de Leis a matéria publicada pelo jornal O Imparcial, no dia 18 de setembro do corrente ano, intitulada “Dom Eduardo Malaspina se encontra com Papa Francisco”.

A matéria se enquadra no disposto pelo Artigo 211-A, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Somos favoráveis à inserção requerida.

É o parecer, s.m.j.

Sala de reuniões das comissões, 21 SET. 2018



José Carlos Porsani
Presidente da CJLR



Cabo Magal Verri



Thainara Faria